

Atenção e Cognição em Pedro de João Olivi Attention and Cognition in Peter of John Olivi

Márcio Paulo Cenci¹

Resumo

Pedro de João Olivi (1247/8-1298) sustenta que a atenção intencional tem de ser posta como a condição para o desempenho ativo do ato cognitivo perceptual. A intencionalidade é um componente natural da apreensão sensorial. Em Olivi, ela requer que a alma tenha uma natureza ativa, pois o desempenho intencional é precípua à alma e é independente de elementos representacionais intermediários, como as species. Olivi não reduz o ato cognitivo ao modo de ação ativo ou passivo, mas adiciona a causa terminativa como uma função do objeto na produção do ato. A terminação, então, é crucial para mostrar como a atenção cognitiva é classificada como intencional. Por fim, este artigo sustenta que a atenção intencional como a condição pré-experiencial garante o acesso imediato aos objetos do mundo exterior.

Palavras-chave: Cognição Perceptual. Atenção. Pedro de João Olivi. Intencionalidade.

Abstract

Peter John Olivi (1248 / 9-1298) supports the idea that intentional attention must be the condition for the active performance of perceptual cognitive act. The intentionality is a natural component of sensory apprehension. In Olivi it requires an active nature of the soul, since the intentional performance is essential to the soul and it is independent of intermediate representational elements such as species. Olivi does not reduce the cognitive act to active or passive mode of action, but adds the terminative cause as a function of object in the act of production. Then, the termination is crucial to show how cognitive attention is classified as intentional. Finally, this article concludes that intentional attention as the pre-experiential condition guarantees immediate access to the objects of the external world.

Keywords: Perceptual Cognition. Attention. Peter John Olivi. Intentionality.

I

Em se tratando da explanação da cognição, o principal problema enfrentado pelos filósofos escolásticos, principalmente entre os séculos XIII-XIV, consistia em criar uma teoria explicativa, sistemática e harmoniosa de como os animais, principalmente os humanos, processam, adquirem e guardam as informações acerca do mundo real ao seu redor (PASNAU, 1997). O conhecimento humano, para esses pensadores, era

¹ Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, professor de Filosofia no Centro Universitário Franciscano, Santa Maria, RS, Brasil.

descrito sob o princípio *quidquid movetur ab alio movetur* (BETTONI, 1959). Esse princípio exigia a análise do movente e do movido no ato cognitivo, ou seja, se as potências anímicas são as moventes ou se elas são movidas no desempenho da percepção. Por isso, o principal modelo para explicar a cognição é a descrição do ato perceptual acerca do mundo exterior. Esse ato pode ser analisado como o da relação entre os objetos extramentais e as potências anímicas.

Disso decorrem as perguntas: como é possível à matéria corpórea agir de modo a produzir algum efeito na alma? Ou ainda, em termos cognitivos: que tipo de mediação há entre a mente e as coisas a serem conhecidas? Consideram-se as potências sensoriais como os meios condutores das qualidades sensíveis dos objetos à mente. As potências sensoriais, por serem basicamente apreensivas, têm a função de mediadoras das qualidades dos objetos à mente em um ato perceptual. Entretanto, não é claro se elas têm desempenhos que exigem uma relação direta com os objetos ou se dependem de outros desempenhos intermediários para que a ação se complete.

Há um conjunto de teorias da percepção que considera a mediação na ação sensorial respectiva ao mundo exterior e admite que há entre os objetos a serem conhecidos – em especial, entre as suas qualidades sensíveis –, o cognoscente e suas potências apreensivas sensitivas perceptuais um ‘elo’ que *justifica* a passagem das qualidades sensíveis às potências apreensivas até a intelectiva. Essa imagem de uma teoria da cognição é associada àquelas que se exigem das *species*, como meios representacionais, para a veiculação das qualidades dos corpos à mente. (SPRUIT, 1994); (SPRUIT, 1995); (PASNAU, 1997); (PERLER, 2003); (ADRIAENSSSEN, 2011); (RODE, 2010).

Por óbvio, essa não é a única teoria da cognição. Uma teoria oposta à descrita acima sugere estar o acesso da mente a objetos exteriores garantido pela natureza ativa das potências anímicas ao se dirigirem a eles. As potências poderiam atingir as qualidades sensoriais e apreender as qualidades sensíveis sem qualquer mediação. Nessa teoria, as potências anímicas poderiam apreender diretamente, sem representação e, portanto, sem *species*, qualidades cognitivas relevantes do mundo exterior. (PASNAU, 1997); (PERLER, 2003); (TOIVANEN, 2013); (SILVA e TOIVANEN, 2010).

Essas teorias sugeridas acima possuem um problema básico acerca do acesso ao mundo exterior estar na dependência dos sentidos exteriores. Por isso, o problema está em: como se pode evitar o ceticismo quanto à confiabilidade desses sentidos? Em outros termos, qual é o grau de certeza que envolve o ato cognitivo no desempenho dos sentidos na percepção das coisas cognoscíveis do mundo exterior?

Pedro de João Olivi evita as teorias representacionais e não recai nesse tipo de problema cético quanto ao desempenho dos sentidos. De modo idiossincrático, ele sugere que o ato perceptual respectivo ao mundo exterior depende da modificação da ação ou do desempenho das potências no momento em que estão voltadas às qualidades sensoriais dos objetos exteriores. Essa modificação é justamente a seleção intencional do objeto, e a orientação às suas qualidades proporcionada pela atenção [*attentio, aspectus*]. Assim, em Olivi, a atenção é uma força que age com e nas potências para proporcionar a percepção. O objetivo deste artigo está em especificar em que termos se pode descrever essa atenção como intencional no desempenho cognitivo.

II

O conhecimento perceptual como um tipo de relação entre um ente cognoscente e as coisas exteriores é descrito mediante um ato cognitivo. Esse ato descreve a relação em que há um componente agente e eficiente e outro paciente, a saber, que sofre a ação. As teorias acima (em I) sugerem fortemente serem as potências anímicas e os objetos perceptuais descritas exatamente nesses termos. Contudo, Olivi propõe uma novidade.

Ao analisar a função dos componentes do ato cognitivo, Olivi parte de uma explanação básica do objeto exterior como condição de acesso a algo distinto da própria potência cognitiva, ou seja, como a condição de acesso ao mundo exterior. Essa condição depende da presencialidade do objeto, ele tem de estar presente às potências cognitivas para que se possa orientar um certo modo de ação intencional a ele. Assim, a orientação das potências não pode ser efetiva, pois, sem a presencialidade do objeto, não há ato cognitivo.² Ora, mesmo se considerado o objeto enquanto

² OLIVI, II Sent., q. 74, p. 115: “Primo, quia omnis aspectus ad obiectum directus terminatur necessario in aliquo, non enim potest aspicere nihil nec terminari in nihilo. Oportet etiam quod illud in quo terminatur sibi sit praesens, ita quod virtualiter attingatur ab ipso aspectu. Sed cum cogitamus aliquam rem quae non est actu, aut si est, non est

representado na memória e/ou utilizado pela imaginação,³ de qualquer modo, é necessária a presencialidade para que o objeto seja apreendido, ou antes do ato, ou durante o ato. Portanto, a presença do objeto às potências intelectivas é necessária. Contudo, o ponto de dificuldade sugerido por Olivi é determinar se tal objeto presente teria uma função eficiente/ativa por si e como tal.

Olivi revisa o papel eficiente/ativo na cognição do objeto e faz isso de modo bastante peculiar. Ele marca sua posição ao dizer que: “[...] o objeto não possui própria e absolutamente uma natureza eficiente, sob a condição de que somente é termo da atenção da potência cognitiva e de sua cognição atual.”⁴ Na *Epistola ad R.*, Olivi esclarece: “As potências apreensivas da alma são em sua totalidade a causa eficiente de seus atos, e os objetos são como que cooperativos com elas: não pelo modo eficiente, mas pelo modo de objeto.”⁵ Nota-se que há um modo próprio do objeto compor o ato cognitivo, sem ser paciente nem eficiente. Ele aparece como termo da atenção da potência cognitiva.

Um objeto não ter a função de agente não implica necessariamente uma cooperação estrita no modo paciente, pois ele pode cooperar como termo da ação. Em outras palavras, para Olivi, há “[...] um diferente modo de terminação [*modus terminandi*] que coopera como um diferente modo de ação [*modus agendi*] e de recepção [*modus patiendi*].”⁶ Portanto, o componente cooperativo, no ato cognitivo, como modo de terminação, se distingue dos outros dois, mas, em conjunto com eles, colabora para o desempenho da cognição. Assim, como novidade, Olivi faz concluir que o objeto coopera no ato cognitivo segundo o modo terminativo.

nostro aspectui praesens: tunc aspectus non potest figi et terminari in illa. Ergo oportet quod aliqua rei imago obiciatur tunc aspectui et terminet ipsum. [...] Tertio, [...] obiectum, in quantum terminans aspectum potentiae et eius actum, vere cooperatur ad productionem ipsius actus, ita quod impossibile est ipsum fieri absque tali cooperatione. Ergo cogitatio rei absentis non potest fieri sine cooperatione alicuius praesentis obiecti.” Sobre o tema da presencialidade do objeto ao ato cognitivo, pode-se cf. em Puttalaz (1991, pp. 109-10). Todas as citações do original latino foram traduzidas pelo autor e estão referenciadas a partir da obra de Olivi (1924). Indica-se por este método, a obra *Quaestiones in Secundum Librum Sententiarum (II Sent.)*, com a questão (q.) e as páginas respectivas.

³ OLIVI, *II Sent.*, q. 74, p. 115: “Ergo oportet quod aut obiectum se praesentet ei aut quod in aliqua imaginatione ei repraesentetur, ita quod actus cognoscendi ipsi obiecto vel eius imagini innitens configuretur seu assimiletur ei.”

⁴ OLIVI, *II Sent.*, q. 72, p. 10: “Secundo est praenotandum quod licet obiectum, pro quanto solum terminat aspectum virtutis cognitivae et suae actualis cogitionis, non habeat simpliciter et proprie rationem efficientis.”

⁵ OLIVI, *Epistola ad R., Quod.* (1509) f. 64r: “Potentiae animae apprehensivae sint tota causa efficiens actuum suorum, quamvis obiecta eis cooperentur: non per modum efficientis, sed per modum obiecti.”

⁶ OLIVI, *II Sent.*, q. 72, p. 12: “[...] ita quod diversus modus terminandi cooperator ad diversum modum agendi et patiendi.”

Esse *modo terminativo* tem uma função necessária no aparato conceitual de Olivi: Ele explica: “[...] a força ativa da potência cognitiva necessita [*necessario eget*] de tal termo e sua terminação para que se produza o ato cognitivo, como se [*acsi*] o termo precedente influenciasse em algo na própria força [*vim*] cognitiva e em seu ato.”⁷ Nota-se que o modo de terminação é necessário sob o ponto de vista da produção do ato, sem ser um mero complemento para garantir a agência da potência cognitiva. O complemento da explicação dada por Olivi é importante, pois indica que o objeto, enquanto terminativo, funciona “como se” o ato adicionasse algo de eficiente na potência cognitiva. Assim, o objeto não é eficiente por si e como tal, ele age como se fosse eficiente. Ora, se esse é o caso, então a agência/eficiência do componentes do ato cognitivo tem de estar garantida pela natureza das próprias potências.

Entretanto, o conceito de eficiência precisa de um refinamento:

[...]<Eficiência> não significa aqui, segundo a realidade, algo além da força ativa não poder agir em seu ato sem tal termo e terminação, mas em poder agir quando há tal termo e terminação. Assim, a terminação intrínseca e formal da força ativa é, de fato, coeficiente na ação da própria força. Pois ‘força’, tomada de modo absoluto, não é suficientemente ativa, a não ser que seja suficientemente terminada pelo objeto ou no objeto.⁸

A terminação é a ação da potência (ou força) em se voltar ao objeto em específico como termo. Se a interpretação proposta neste trabalho for correta, pode-se dizer que o objeto é o termo, o foco determinado ao qual a terminação, como a ação formal de se orientar a um termo, da potência tem seu desempenho. Portanto, o termo é o objeto, e a terminação é, em termos técnicos, a ação formal e intrínseca à potência de se voltar a tal termo. Por isso, Olivi conecta a noção de eficiência com a noção de terminação, de modo que algo somente é eficiente se for terminado *pele*

⁷ OLIVI, *II Sent.*, q. 72, p. 10: “[...] tum quia virtus activa potentiae cognitivae sic necessario eget tali termino et eius terminatione ad hoc quod producat actum cognitivum, acsi praedictus terminus influeret aliquid in ipsam vim cognitivam et in eius actum.” Nota-se que aqui o uso do termo *vis* equivale à *potentia*, mas assim mesmo mantemos o padrão de tradução de *vis/virtus* por *força*.

⁸ OLIVI, *II Sent.*, q. 72, p. 10: “Tale autem efficere non est ibi secundum rem aliud quam vim activam absque tali termino et terminatione non posse agere suum actum et posse hoc cum ipso, ita quod intrinseca et formalis terminatio virtutis activae est vere efficiens actionem ipsius virtutis; quia virtus absolute sumpta non est sufficiens activum, nisi cum est sufficienter terminata per obiectum seu in obiectum.”

ou *no* objeto, ou seja, a potência tem de estar terminada *per obiectum seu in obiectum*.⁹

Ora, essa afirmação tem repercussão importante na teoria da cognição, pois reafirma a posição do objeto como a condição de um ato cognitivo respectivo ao acesso ao mundo exterior. Se a força está terminada *no* objeto ou é terminada *pelo* objeto, então há uma garantia de que a cognição é de algo, a saber, algo distinto à própria potência e não produzido por ela própria [*intra se*], daí ser algo real e exterior. Olivi descreve a função do objeto utilizando as duas preposições *in* e *per*. Elas determinam o sentido que a função do objeto tem de ser assumida como um elemento imediato na operação cognitiva. Assim, se esta hipótese está certa, tal descrição torna necessária a atenção ser aplicada no – *in* – objeto e as qualidades sensórias serem conhecidas mediante – *per* – ele.

Olivi associa essa terminação da noção de eficiência com a atenção das potências cognitivas. Ele sustenta que “[...] a terminação formal de tal atenção não é uma essência realmente diferente da própria atenção, embora não esteja em um fluxo ou seja produzida a partir do objeto, enquanto <este> é somente o termo da própria atenção e do ato cognitivo.”¹⁰ Essa terminação se dá, principalmente, em razão de ser suficientemente terminada enquanto a potência seja influenciada pelo objeto e esteja voltada ao termo. Assim, a atenção estar terminada de modo suficiente no objeto é uma condição para que o desempenho da potência cognitiva seja intencionado ao objeto.

É importante considerar que o ato cognitivo não implica captar uma representação, mas o próprio objeto presente à atenção cognitiva, seja ele um objeto físico, a saber, de matéria corpórea como tal, ou mesmo um objeto presente de outro modo, como na memória via introdução das *species memorialis* (BETTONI, 1959). O fato é que o objeto, quando presente à potência cognitiva, apresenta-se por si e não necessita de nada que o substitua, sem mesmo que o ato de assimilação ou apreensão se volte ao objeto – *obiectum se ipsum praesentat seu praesentialiter exhibet*

⁹ OLIVI, *II Sent.*, q. 72, p. 10: “[...] quia virtus absolute sumpta non est sufficiens activum, nisi cum est sufficienter terminata per obiectum seu in obiectum.” Repito, para enfatizar, que a disjunção entre *per obiectum* e *in obiectum* não é exclusiva.

¹⁰ OLIVI, *II Sent.*, q. 72, p. 10: “[...] quia formalis terminatio praedicti aspectus non est aliqua essentia realiter differens ab ipso aspectu et saltem non est influxa vel educta ab obiecto, inquantum est solum terminus ipsius aspectus et actus cognitivivi.”

aspectui cognitivo. Com isso, ocorre o que Olivi chama de uma *informativa imbibitione*:

[...] a força cognitiva gera o ato cognitivo com certa absorção informativa [*informativa imbibitione*] do ato respectivo ao objeto, e com certa extensão ao objeto a ser <expressado> como signo em seu interior. Por essa razão que, precisamente, o próprio <ato> é produzido e, assim, acontece a própria similitude e expressão do signo [*sigillaris expressio*] do objeto.¹¹

Essa ‘absorção informativa’ do ato cognitivo diz respeito ao que pode ser captado do objeto no instante do ato.¹² Observa-se que não se trata de um movimento causal ordenado desde o objeto para a potência, mas de um movimento que exige uma atenção intencional direcionada ao objeto. Isso fica mais claro se for tomado em consideração um dos núcleos da argumentação de Olivi:

De fato, o ato cognitivo – e a atenção fixada no objeto – possui o próprio objeto intencionalmente absorvido em seu interior. Por essa razão, o ato cognitivo é chamado de apreensão do objeto e extensão [*tentio*] apreensiva ao objeto. Nessa extensão e absorção do ato, intimamente está conformado e é assimilado o objeto. Porém, o próprio objeto se apresenta por si mesmo ou presentemente se mostra à atenção cognitiva. E há, configurada mediante o ato de assimilação desse mesmo <objeto>, uma certa representação dele.¹³

Essa apreensão é uma extensão da potência ao objeto. Por isso, ela deve ser entendida no sentido intencional de ‘voltar-se a’ ou ‘dirigir-se a’ algo. Quando a potência *absorve intencionalmente o objeto*, ela capta o objeto ao qual tinha orientado – estendido – sua atenção. O ato se fixa no

¹¹ OLIVI, *II Sent.*, q. 72, p. 36: “[...] sic, quia vis cognitiva generat actum cognitivum cum quadam informativa imbibitione actus ad obiectum et cum quadam sigillari et viscerali tentione obiecti, idcirco eo ipso quod sic gignitur, fit ipsa similitudo et sigillaris expressio obiecti.” Modifiquei a sintaxe de *sigillari* e *viscerali* para melhorar a clareza do texto para o vernáculo.

¹² E aqui fica claro o uso do termo *sigillari*, pois nesse momento o objeto marca como se fosse um selo, ou um signo, de sua forma no intelecto. Esse é um ato em que há a produção da forma do objeto na potência.

¹³ OLIVI, *II Sent.*, q. 72, pp. 35-6: “Nam actus et aspectus cognitivus figitur in obiecto et intentionaliter habet ipsum intra se imbitum; propter quid actus cognitivus vocatur apprehensio et apprehensiva tentio obiecti. In qua quidem tentione et imbibitione actus intime conformatur et configuratur obiecto; ipsum etiam obiectum se ipsum praesentat seu praesentialiter exhibet aspectui cognitivo et per actum sibi configuratum est quaedam repraesentatio eius.” Esse trecho é de difícil versão para o vernáculo.

objeto e o objeto é intencionalmente absorvido no ato (TOIVANEN, 2013). Portanto, todo ato somente se completa na absorção do objeto. Na terminologia oliviana, os objetos, sem a apreensão, não recebem qualquer classificação, são *incognita et innominata* – ou seja, o mundo exterior é acessado justamente pelo desempenho dos sentidos, e os objetos são absorvidos como tais.

Sendo assim, o elemento central que conecta todos os componentes respectivos à natureza ativa da alma é a atenção intencional – *aspectus intentionis*. Sem ela, a teoria de Olivi (ao se colocar como opção às teorias apresentadas em I) não conseguiria sustentar como é possível a alma ter qualquer tipo de acesso ativo aos objetos corporais. Assim, a atenção intencional dá a certeza de que as potências cognitivas estejam voltadas a objetos exteriores.

A atenção tem um caráter intencional necessário ao ato cognitivo. Isso fica evidente em uma das citações de maior potencial de esclarecimento da teoria de Olivi:

[...] por mais que a potência cognitiva seja informada pelo hábito e por diferentes espécies para a ação cognitiva, ela não pode avançar para a ação cognitiva se antes não se orientar atualmente para o objeto, de tal modo que a sua atenção da intenção [*aspectus suae intentionis*] esteja voltada e dirigida atualmente ao próprio objeto. Portanto, dado que a espécie, antes de ocorrer o ato cognitivo, estivesse em fluxo desde o objeto, agora, além disso, é necessário que a potência cognitiva esteja atualmente orientada e intelectivamente atenta no objeto. Por essa razão que é impossível que se produza o ato cognitivo sem tal <atenção da intenção no objeto>. ¹⁴

Essa citação é rica porque condensa a teoria da atenção aplicada à cognição perceptual. Note-se que Olivi não exclui por completo o hábito e as *species*, mas concede a elas uma função secundária, ou até mesmo, supérflua, na ordem eficiente da ação cognitiva.

Segundo Perler (2003, p. 45), Olivi exige que haja “[...] uma atividade do intelecto, atividade que não se limita à abstração de uma forma inteligível na base de formas sensíveis, mas faz que um certo objeto

¹⁴ OLIVI, *II Sent.*, q. 72, pp. 09-10: “[...] quantumcunque potentia cognitiva per habitum et species ab actione cognitiva differentes sit informata, non potest in actionem cognitivam exire, nisi prius intendat actualiter in obiectum, ita quod aspectus suae intentionis sit actualiter conversus et directus in illud. Et ideo dato quod species praecurrens actionem cognitivam sit influxa ab objecto, adhuc praeter hoc oportet quod potentia actualiter intendat et intellective aspiciat in obiectum; nam impossibile est quod absque hoc producat in se actum cognitivum.”

seja visado e se torne objeto imediato do ato intencional.”¹⁵ A potência cognitiva não pode realizar uma ação cognitiva sem que sua força esteja *voltada ativamente* ao objeto. Na medida em que a potência esteja voltada ao objeto, não está disposta como um recipiente (ou de modo paciente) que recebe as informações do objeto, mas orienta a atenção ao objeto. É uma *atenção intencional*, em que a ação das potências anímicas está ativamente voltada ao objeto exterior. A originalidade de Olivi está em mostrar que a atenção da intenção é o elemento necessário para a seleção dos objetos para a ação cognitiva e, por conseguinte, a alma é ativa no desempenho cognitivo.

III

Quais as características desse tipo de atenção? De fato, Olivi não possui um tratado da atenção, daí, não é de se estranhar que ele não possua uma definição explícita de atenção. Mas é possível detectar passagens em que ele demarca o uso do conceito:

(1) “[...] a atenção <é> uma força cognitiva focada <no> seu objeto distante ou próximo, ou uma força que produz o influxo que foca no paciente próximo ou remoto.”¹⁶; (2) “[...] chamo a atenção de conversão virtual ou intencional da potência ao objeto.”¹⁷; [e, mais próprio do uso de atenção atual, que a descreve como a] (3) “conversão da potência para o objeto.”¹⁸

Olivi considera a existência de um tipo primitivo de desempenho descrito pela atenção. Não é a própria ação cognitiva, nem é uma potência anímica, mas um movimento primitivo que colabora com as potências e resulta na extensão e conversão para algo exterior. Uma característica da atenção descrita em termos de modificação do desempenho das potências

¹⁵ “Il exige qu’il y ait une activité de l’intellect, activité qui ne se limite pas à l’abstraction d’une forme intelligible sur la base de formes sensibles, mas qui fait qu’un certain objet soit visé et devienne l’objet immédiat d’un acte intentionnel.”

¹⁶ Cf. OLIVI, *II Sent.*, q. 73, p. 63: “[...] aspectus quo virtus cognitiva aspicit suum obiectum remotum vel propinquum aut quo virtus influxiva aspicit in patiens propinquum vel remotum.”

¹⁷ OLIVI, *II Sent.*, q. 59, p. 543: “Aspectum autem hic voco conversionem virtuaem seu intentionalem potentiae ad obiectum.”

¹⁸ OLIVI, *II Sent.*, q. 73, p. 64: “Motio tamen istum aspectum praecedens et causans vocatur conversio potentiae ad obiectum.”

anímicas ao se orientar aos objetos terminativos. De modo que, sem atenção, elas não poderiam se orientar para os objetos. Disso decorre que a atenção cognitiva somente se realiza quando da possibilidade de aplicação das potências anímicas aos objetos exteriores ou interiores. Ela não é um desempenho independente das potências anímicas.

No entanto, isso não exclui a possibilidade de que exista a atenção orientada para um objeto, sem que ele esteja determinado. Assim: se há um objeto enquanto termo, é necessária a atenção; mas, se há a atenção durante ato cognitivo, o objeto pode não estar presente. Esse argumento é desenvolvido por Olivi na *Questão 73*, o qual é apresentado aqui em uma longa citação.

Deve-se dizer que as potências possuem uma dupla atenção. (1) A primeira <atenção>, quando intencionamos, e. g., com os olhos abertos, ou com os olhos fechados ou na escuridão, às coisas exteriores, é por si indeterminada para estes ou para aqueles objetos. Assim, a potência visiva é pela vontade ou pela natureza aplicada para o que tem de ser visto. Porém, em razão da desordem do meio, ou em razão do impedimento de algum obstáculo, <ela> não se estende [*intendit*] a algum objeto como termo [*determinate*]. (2) A segunda <atenção> é terminativa ou tem uma primeira terminação, e.g., a primeira se relaciona com a segunda <atenção> tal como a raiz para com os ramos. E se dá a partir da primeira quando a <terminação> é causada com a presença dos objetos aos sentidos. Por exemplo, <pensa-se em> somente um homem com os olhos abertos antes da criação e assim <possuiria> todo o esforço de ação intrínseco [*conatu niteretur*] aos olhos para se estender [*intendere*] às coisas que estariam para serem vistas como se fossem coisas visíveis exteriores. Consta que, de um lado, a atenção dele não estaria terminada, nem seria considerada terminada em algum objeto exterior. Mas, pouco depois <da criação>, todas as coisas exteriores como estão agora criadas, se segue que a primeira atenção do olho que está determinada para os objetos exteriores. Portanto, a primeira atenção seria a causa imediata da segunda, como se o primeiro motor tivesse o comando da vontade ou de algum motor mediante a coligação natural que tem de causar ou de conservar a primeira atenção.¹⁹

¹⁹ OLIVI, *II Sent.*, 73, pp. 68-9: “Dicendum etiam quod potentiae habent duplicem aspectum. Unus est ex se indeterminatus ad haec vel illa obiecta, ut, cum oculus stat pervigil et clausis oculis vel in tenebris intendimus in exteriora, ita quod potentia visiva est a voluntate vel a natura applicata ad videndum, sed propter indispositionem medii vel propter impedimentum alicuius obstaculi non intendit determinate in aliquod obiectum. Secundum est determinativus vel determinatio primi, nam primus se habet ad secundum sicut radix ad ramum et ex primo cum praesentia obiecti causatur sensus; ut verbi gratia, detur quod solum homo apertis oculis esset ante omnia creatus et sic toto conatu niteretur per oculos intendere ad videndum acsi essent visibilia extra: constat quod tunc aspectus eius non terminaretur nec determinate ferretur in aliquod extrinsecum obiectum, et si paulo post omnia exteriora

No primeiro tipo (1), a atenção está voltada para o objeto, ainda que a potência esteja indeterminada quanto a um objeto em específico, ainda que esteja orientada para objetos exteriores (justamente pela razão de tais objetos existirem). A ação da potência é similar a uma varredura do que está disponível – *ad haec vel illa obiecta* –, sem se fixar em um objeto determinado. Note-se que, em função de um impedimento, o ato não se efetiva, pois a potência não se estende, ou não intenciona ao objeto como termo. Ele não se efetiva em função de um impedimento do olho (se fechado), ou dos objetos (se estiver escuro). Tal impedimento ou é de ordem física ou funcional. Física na constituição orgânica do corpo, que não impede a visão; e funcional no sentido em que o órgão visivo esteja funcionando propriamente. Portanto, por esses impedimentos, não há a eliminação da atenção, antes pode-se dizer que o objeto como termo não é atingido no ato da potência. Assim, embora não haja a atenção, a absorção do objeto não ocorre.

O segundo tipo (2) da atenção descreve o ato da potência estar tencionada para conhecer as coisas exteriores, como se fosse a sua descrição primitiva, antes mesmo de qualquer objeto estar presente. Ela se caracteriza por uma força da mente em se projetar para fora. Por isso, o experimento mental ser justamente respectivo a um homem que olha para as coisas do mundo antes de elas serem criadas. Logo que elas são criadas, a primeira atenção se volta aos objetos exteriores, então essa atenção causa a segunda atenção imediatamente, e assim sucessivamente. O desempenho da atenção somente se efetiva, completa-se, quando atinge o objeto como termo, e, no caso da visão, quando a atenção do “olho está determinada para os objetos exteriores”.

A atenção é independente do objeto em razão de os percipientes dirigirem as potências apreensivas sem absorverem ou se estenderem a nenhum objeto como termo.

Tem de ficar claro que, para Olivi²⁰, a atenção das potências anímicas não é uma ação, como apetecer, sentir, inteligir ou querer, mas

sicut nunc sunt crearentur, eo ipso primus aspectus oculi determinaretur ad obiecta exteriora. Ergo tunc primus aspectus esset immediata causa secundi, quamvis primus motor esse imperium voluntatis vel alius motor per naturalem colligantiam causans et conservans primum aspectum.”

²⁰ OLIVI, *II Sent.*, q. 28, p. 491: “Praeterea, quaerunt isti in quo genere ponentur aspectus potentiarum animae; non enim sunt habitus vel passionēs nec sunt actus potentiarum, utpote non sunt sentire vel intelligere vel appetere.”

uma modificação ao modo de extensão ou aplicação a essas ações quando as potências são convertidas aos seus objetos (TOIVANEN, 2013). Isso porque: se a atenção fosse o ato das potências, seu desempenho deveria ser confundido com o próprio desempenho das potências, o que a tornaria supérflua. Assim, a atenção tem de ser entendida como uma modificação da ação de ordem primitiva, que envolve uma extensão e aplicação da potência a um possível objeto terminativo. A atenção não é um ato da potência anímica, ela é uma modificação desse ato. Essa é uma segunda característica da atenção das potências anímicas.

Uma outra e definitiva característica da atenção é ser movida pela vontade. Olivi sustenta que “[...] a potência cognitiva não pode por si mesma mover e se converter aos seus objetos nem aos seus atos cognitivos, pois somente a potência volitiva é <apta> a mover a si própria e às outras potências.”²¹

E mais, há a

[...] conversão da atenção, caso os objetos estejam presentes em um lugar distinto devido ao modo de presença – assim como as intelecções e as imagens mentais estão sempre presentes quando ocorrem à memória –, ou < caso seja > a atenção universal ou particular – sempre se segue algum ato de apreensão.²²

Ora, a conversão de atenção a um objeto devidamente presente depende da vontade, mas o ato de apreensão seria o caso sempre quando há a presença do objeto à potência (dada a condição de presencialidade do objeto visto em II). Se a apreensão, na ocasião de o objeto estar presente, é o caso, então o ato cognitivo não é passível de decisão. Portanto, a apreensão é um ato que depende da potência cognitiva, do objeto presente e da atenção para que se efetive imediatamente.

Além disso, se a atenção é orientada pela vontade, ou seja, se ela é operada pela potência volitiva, então significa que todo desempenho cognitivo que resulta da ação da potência para o objeto é absolutamente

²¹ OLIVI, *II Sent.*, q. 72, p. 26: “[...] potentia cognitiva non potest se ipsam movere et convertere ad sua obiecta nec ad suos actus cognitivos, quia solius potentia voluntatis est movere se ipsam et alias potentias.”

²² OLIVI, *II Sent.*, q. 59, p. 552: “[...] quia ad conversionem aspectus, si obiecta sint alias debito modo praesentia - sicut semper intellectui et phantasiae sunt praesentia illa quae sunt in memoria, sive aspectus sit universalis sive particularis - semper sequitur aliquis actus apprehensionis.”

dependente de um ato prévio regido pela potência volitiva em orientar a atenção para este ou aquele objeto terminativo.

Entretanto, essa orientação da atenção pela vontade não pode ser entendida em termos absolutos, pois a atenção depende também da coligação natural das potências apreensivas anímicas e corporais. A operação da atenção dirigida aos atos dos sentidos exteriores é correspondente ao *aspectus corporalis*. Então, não é o caso que seja sempre dirigida pela vontade.

Olivi não deixa claro quando o operador é a vontade ou quando o operador é a coligação natural da potência. Este trabalho supõe que a presença do objeto terminativo seja um elemento a favor da atenção regida pela ordem natural, a saber, a atenção é convertida ao objeto presente, enquanto presente, embora essa conversão também admita que ela seja orientada para outro objeto, enquanto presente. A passagem deste para aquele objeto é uma orientação operada pela vontade. A orientação ao objeto presente enquanto presente é operada pela coligação natural das potências. Mesmo que a vontade possa fazer com que o sentido comum oriente a sua atenção a outro ato, ainda assim, ele pode, sem ação da vontade, intencionar a um ato dos sentidos exteriores.

IV

A atenção corporal [*aspectus corporalis*], ou uma “atenção das potências corporais voltadas ao paciente”, é tratada a partir da análise da atenção corporal e de suas características para estabelecer uma certa similaridade com a atenção cognitiva.²³ Ela pode ser descrita dentro do que Olivi chama de tríplice magnitude, respectiva ao escopo próprio da matéria corpórea. A primeira magnitude diz respeito à amplitude do sujeito de recepção da atenção, ou da configuração daquilo em que está fundado. A segunda, bem próxima à primeira, diz respeito à multiplicidade de linhas que são projetadas, ou avançam, desde qualquer ponto do sujeito ou da forma corporal em que há atenção dirigida. A terceira magnitude é a possibilidade de uma atenção corporal agir em uma linha a certa distância, sem outros intermédios, ou, o que soaria melhor – *plus sonet* –, que fosse

²³ OLIVI, *II Sent.*, q. 73, p. 64: “Secundo sciendum quod omnis virtus influxiva alicuius in patiens habet aspectum directum in patiens in quibusdam consimilem praedicto aspectui potentiae cognitivae, et ideo ex aspectu corporalium virtutum in suum patiens possumus manuduci ad aliqualem intelligentiam cognitivi aspectus.”

um tipo de ação imediata. Ela é admitida por Olivi, pois, do contrário, seria necessário supor outras magnitudes que a completassem *ad infinitum*.²⁴

Olivi não desenvolve exaustivas provas, nem mesmo detalha todas as leis que regem a atenção corporal e como se dá sua causação, mas estabelece uma similaridade coerente com a atenção da potência cognitiva. Entretanto, a suposta similaridade exige uma interpretação na medida em que se deve decidir sobre o teor dessa conexão: ou se simplesmente é uma similaridade ocasional e não há qualquer tipo de correlação de funções de importância cognitiva que se deva considerar, ou se há algum tipo de transitividade entre a atenção corporal e a atenção cognitiva ou intencional. Parece mais claro admitir que a similaridade é ocasional, dado que há uma distinção quanto à determinação da matéria, pois a atenção corporal ocorre na matéria corporal. E também por considerar que a atenção intencional, por ser um ato da alma intelectiva, somente é possível na matéria espiritual.

Contudo, o máximo que se pode considerar é um grau de coligação da atenção corporal com a atenção da potência cognitiva, desde o pressuposto que a sua atenção depende de uma “total e radical magnitude de sua forma e, se for orgânica, depende de seu órgão”. Essa premissa é o elo e mostra que os sentidos exteriores também possuem um grau, um tipo de atenção (corporal), a qual seria diretamente proporcional ao próprio órgão.²⁵ Veja-se:

Por conseguinte, a atenção da potência tactiva está em todo corpo e é de longe mais ampla do que a atenção da potência visiva, que está somente na pupila do olho, e esta é maior em toda a pupila do que em seu centro, ou do que somente no centro dela, e mais ampla e multiplicada por dois, quando em ambos os olhos do que somente em um.²⁶

²⁴ OLIVI, *II Sent.*, q. 73, pp. 64-5: “Praedictus autem corporalis aspectus habet triplicem magnitudinem. Prima est secundum magnitudinem sui subiecti vel formae cuius est vel in qua fundatur. - Secunda est secundum multitudinem linearum prodeuntium vel ducibilium a quolibet puncto sui subiecti vel suae formae. Sicut enim centralis punctus sphaerae habet maiorem aspectum, prout per infinitas lineas simul aspicit totam sphaeram quam prout per unam solam lineam aspicit solum unum punctum sphaerae: sic, si ibi esset lux et punctualis aspectus lucis, maioris ambitus esse prout respicit et irradiat totam sphaeram per radios lineas infinitas quam prout per solam unam lineam respicit et irradiat solum unum punctum sphaerae. Per hoc autem non intelligo quod lux habeat radios aut partes actu indivisibiles et infinitas. - Tertia est secundum quod per eandem lineam potest in longinquius agere, ita quod simul potest in totam illam lineam, sive possit in eam mediate sive immediate, quamvis plus sonet in eius intrinsecam magnitudinem, si super totam potest immediate.”

²⁵ Note-se que esta não é exatamente uma atenção cognitiva.

²⁶ OLIVI, *II Sent.*, q. 73, p. 65: “Ad instar huius triplicis magnitudinis est consimiliter triplicem assignare in aspectus potentiae cognitivae. Prima est secundum totalem et radicalem magnitudinem suae formae, et etiam sui organi, si

A segunda característica similar é que a atenção pode ser orientada por linhas retas desde o órgão da visão – *pupillae* – na direção dos objetos visivos, ou mesmo de forma oblíqua para a audição, o olfato, etc. Olivi não descreve como seria o caso do tato, mas, como ele é um órgão de contato imediato, as linhas não seriam necessárias (YRJÖNSUURI, 2008). Poder-se-ia considerar os pontos de contato como ativadores dos órgãos. A terceira característica complementa a segunda, pois, em qualquer parte que direcione a atenção, será (ao mesmo tempo) dirigida desde os órgãos até a coisa percebida.²⁷

Portanto, se há algo como uma atenção corporal, e isso é o caso, então ela deve estar coligada aos outros graus de atenção sob as mesmas condições que é possível a coligação entre as partes corpóreas e a alma intelectual. Aqui é esclarecedor o método da coligação das potências, pois, se a atenção é um desempenho das potências corpóreas, ela pode estar coligada às potências intelectivas. Contudo, para isso, é necessário explicitar mais algumas distinções dos tratamentos dos usos do conceito de atenção.

Na *Questão 59*, Olivi mostra que a atenção pode ser tratada em termos de disjunções. Até agora, nota-se a disjunção entre atenção corporal e cognitiva. Mas outra disjunção da atenção serve para descrevê-la entre universal ou particular. Ele define a atenção universal como uma conversão geral a todos os objetos que estão presentes, como se o olho aberto e orientado ao exterior estivesse voltado a todo o campo visual, e a atenção particular como uma conversão específica a um objeto em particular do campo perceptual.²⁸ Esses tipos de atenção que variam, em grau, do mais particular ao universal não apresentam problemas à teoria

est organica. Unde aspectus potentiae tactivae in todo corpore est longe latior quam aspectus potentiae visivae in sola pupilla oculi, et ista est maior in tota pupilla quam in eius medietate aut quam in solo centro ipsius, et latior et multiplicior est in duobus oculis quam in solo uno.”

²⁷ OLIVI, *II Sent.*, q. 73, p. 65: “Secunda est, prout ab eodem puncto pupillae ducitur aspectus per diversas lineas rectas in totum hemisphaericum orbis aut prout ab eodem puncto auditus vel auris ducuntur linea rectae vel curvae in totum orbem. - Tertia est, prout in omnes partes unius lineae simul vel successive dirigitur aspectus ab oculo vel ab aure, scilicet, per totum medium usque ad rem visam vel auditam.”

²⁸ OLIVI, *II Sent.*, q. 59, pp. 543-4: “Et horum aspectuum quidam est universalis, quidam vero particularis. Universalis autem voco generalem conversionem ad omnia obiecta quae sibi praesentia dici possunt; sicut oculus eo ipso quo est apertus et actualiter directus ad exteriora, aspicit totum hemisphaerium, sicut et quilibet punctus lucis solaris. Particularem autem voco determinatam conversionem ipsius ad certum obiectum.”

da percepção, pois sugerem simplesmente que há uma ampliação ou redução do foco no objeto.

Para avançar na análise, é importante reconsiderar a definição, por assim dizer, decisiva, dada por Olivi à atenção: “[...] chamo a atenção de conversão virtual ou intencional da potência ao objeto.”²⁹ Essa é a definição *mais* técnica oferecida por Olivi, cuja clareza está somente na superfície, porque, ainda que a tese geral de que a atenção como conversão ao objeto esteja relativamente clara, o problema está em explicitar o que significa a disjunção: virtual ou intencional. Ou essa disjunção significa que Olivi entende que virtual e intencional são sinônimos (em uma disjunção inclusiva), ou ele entende que são classes distintas de atenção, que descrevem dois desempenhos distintos.

Pasnau (1997) reconhece que é difícil saber o que é exatamente a teoria da extensão virtual em Olivi e sustenta que frequentemente essa teoria aparece associada à teoria da intencionalidade. Ele sintetiza a tese em jogo: “O agente de conhecimento obtém a informação sobre o mundo exterior não recebendo uma impressão física mediante os órgãos dos sentidos, mas mediante uma extensão virtual da atenção cognitiva da alma para as qualidades particulares do ambiente externo” (PASNAU, 1997, p. 168)³⁰. Essa extensão não é real tal como seriam os raios emitidos desde uma fonte, mas é uma extensão (possível) da terminação ao termo. Portanto, a atenção virtual pode ser analisada em termos de uma extensão virtual.

Toivanen (2013) sugere que o termo ‘virtual’ é utilizado para denotar um tipo de conexão não real entre o objeto e a potência.³¹ Sugere ser a distinção entre contato virtual e real importante para Olivi rejeitar as teorias extramissionistas e das *species* da teoria da cognição (TACHAU, 1988).

²⁹ OLIVI, *II Sent.*, q. 59, p. 543: “Aspectum autem hic voco conversionem virtualem seu intentionalem potentiae ad obiectum.”

³⁰ “Cognizers obtain information about the external world not by receiving physical impression through the sense organs but by virtually extending the soul’s cognitive attention to particular features of the external environment.”

³¹ “The term ‘virtual’ excludes a need for a real connection between the object and the power. The power of sight does not have to be in contact with the object in order to perceive it. Olivi thinks that by distinguishing between real and virtual presence he is capable of rejecting both the species theories and extra missive theories of perception, both of which require that there has to be a real connection between the powers of the soul and their objects. Species theories bridge the gap by postdating species as mediating entities, and extramissive theories claim that the power somehow reaches the object by itself. By contrast, Olivi thinks that the cognitive powers of the soul do not have to be in real contact with their objects, because they are able to virtually reach out to them.” (TOIVANEN, 2013, p. 152).

Entretanto, isso não pode significar uma disjunção exclusiva entre a atenção virtual e a intencional. A nota característica da atenção cognitiva é o elemento intencional, pois se tem que distinguir entre a atenção intencional ou a atenção não intencional. No caso, a atenção não intencional é toda aquela que ocorre como uma atenção corporal ou o *aspectus corporalis*. Assim, a atenção intencional tem de ser dividida em duas partes – virtual e atual –, que são respectivas à cognição. Mas elas têm funções diferentes com relação aos objetos exteriores.

Na atenção aplicada à cognição, mantém-se a relação com o agente. Além disso, Olivi caracteriza, nas descrições acima, a atenção como a modificação de um influxo cognitivo que atinge o objeto enquanto paciente do ato e como uma conversão da potência ao ato. Assim, é necessário avançar na definição da atenção atual e da atenção intencional. Olivi utiliza um interessante exemplo para esclarecer sua posição:

Porém, utilizaremos, para tornar mais fácil à compreensão dos rudes, um exemplo fácil e grosseiro. Tal como o ferro é modelado, desde uma massa informe que envolve a si mesma e, pelas marteladas e na tensão da ação de dobrar as partes sobre si mesmas, torna-se algo agudo tal como uma espada: assim a potência cognitiva permanece como se estivesse sendo moldada e sendo envolvida em si, de modo que a sua força intencional não se volte intencionalmente a nenhum objeto, por vezes, será o caso em que esteja sendo dobrada e forçada em si mesma para ser aguçada e para que tal agudez esteja voltada intencionalmente a algum objeto. Entretanto, este modo de existir e de se relacionar <com o objeto> chamamos de atenção atual <da potência cognitiva>.³²

Essa longa citação apresenta um elemento importante: o conceito de atenção atual. Embora a linguagem de Olivi soe como se para ele estivesse tudo absolutamente claro, o uso da metáfora da agudez da potência cognitiva deixa, como toda metáfora, certa margem à vagueza. Ora, a acuidade – *acuitas* – é um conceito da Óptica que se aplica à capacidade do olho em distinguir entre as duas seções separadas por uma linha. De modo geral, a acuidade sensorial diz respeito à capacidade dos

³² OLIVI, *II Sent.*, q. 73, pp. 63-4: “[...] Ut autem hoc a rudioribus facilius capi possit, utamus ad hoc sensibili et grosso exemplo. Sicut enim ferrum aliquando recusum est velut massa informis et versus se involuta, aliquando vero per protensionem suarum partium acuitur in modum ensis: sic potentia cognitiva aliquando stat velut recusa et in se involuta, ita quod sua vis intentiva in nullum obiectu intendit, aliquando vero sic intra se protenditur et pretendendo acuitur quod est acute ad aliquod sibi obiectum intenta. Hunc autem modum existendi et se habendi vocamus eius actuale aspectum.”

sentidos em distinguir os objetos percebidos. Os sentidos exteriores, em seu funcionamento, podem nos dar a notícia das qualidades sensoriais respectivas a cada objeto exterior. Olivi trabalha com esses significados.

Quando a atenção se volta aos objetos e distingue estas qualidades, aí parece ser um caso de acuidade: distinção entre formas e cores, distinção entre tonalidades musicais, distinção entre sabores. Não é evidente, mas esse pode ser o caso que Olivi se refere quando diz: – *intra se protenditur et protendendo acuitur* – como se fosse a capacidade das potências de forjarem a si mesmas para que se possa chegar a certa condição de aplicação da atenção (intencional) aos objetos exteriores. Essa aplicação resultará na distinção, no momento atual, das qualidades distintas que eles dispõem à apreensão. Isso somente é possível porque a atenção é dirigida aos objetos precisamente se ela estiver aguçada para isso. Essa agudez diz respeito à aplicação própria dos sentidos exteriores e interiores aos respectivos objetos, o que concorda com a interpretação que Pasnau (1997)³³ sugere que a atenção pode ser dirigida aos objetos em particular dos sentidos exteriores ou do sentido comum. Assim, a atenção atual é a condição em que a potência cognitiva está orientada para o objeto discriminado como tal, no estado atual.

Ora, uma atenção é atual somente enquanto se mantém voltada ao objeto, pois “ela cessa quando a atenção deixa de ser perseverante sobre o objeto”, tal como uma espada afiada pode separar o que está unido, mas somente separa – corta – enquanto estiver em contato com o objeto. Portanto, a atenção atual é a própria atenção enquanto orientada no objeto determinado no presente. Olivi chama esse movimento da atenção atual em “conversão da potência para o objeto”³⁴. Mas ele esclarece que não se pode reduzir todo o tipo de atenção [*aspectus*] a essa conversão, o que deve estar claro pelo exposto. Pasnau (1997) já detecta essa limitação do tratamento do conceito, pois, segundo ele, Olivi não ofereceria um conceito

³³ “Olivi says, more concretely, that one’s attention can be directed to the objects of a particular sense organ, to objects store in memory, or to the imagination. Further, one’s attention can either be focused on a specific object, as when someone direct your eye to a particular book, or be in a state of general alertness (as opposed, say, to being asleep).” (PASNAU, 1997, p. 133).

³⁴ OLIVI, *II Sent.*, q. 73, p. 64: “Motio tamen istum aspectum praecedens et causans vocatur conversio potentiae ad obiectum; non enim haec conversio est ipse aspectus, quia ipsa cessat esse perseverante aspectu super eodem obiecto. Quidam tamen volunt quod conversio potentiae ad obiectum sit idem quod ipse aspectus ut est in primo nunc sui esse factus. Quodcumque autem horum sit, non refert ad propositum.”

determinado de atenção virtual.³⁵ Contudo, parece que o conceito de atenção virtual pode ser descrito como um desempenho no interior das potências – *intra se* – para orientar a atenção – *extra se* – aos objetos intencionados.

Assim, pode-se classificar a atenção em universal e particular, corporal e cognitiva, virtual e atual, intencional e não intencional. E todas as modificações delas nas ações das potências cognitivas se dão em graus. Além disso, a atenção atual é um tipo de atenção cognitiva voltada ao objeto (ou ação) enquanto presente, e a atenção virtual pode ser considerada como a atenção voltada ao objeto enquanto termo, mas sem estar necessariamente presente.

V

O problema do critério na determinação do objeto como termo ao qual a atenção intencional é direcionada no desempenho do ato cognitivo não é de fácil resolução. Diferentemente da potência volitiva que possui primazia sobre o objeto, no caso do intelecto, a potência apreende as qualidades sensórias dos objetos exteriores. E, se as potências racionais têm primazia na ação, dado que são ativas, o intelecto, mesmo ativo, não pode recusar as qualidades sensórias percebidas dos objetos exteriores. Ainda que isso seja o caso de decidir quanto à orientação ao objeto, mas não ao ato em absoluto.

Um dos tópicos em que esse problema aparece é na atenção de um objeto à distância, pois tem de explicar como a força cognitiva apreende um objeto distante (ou relativamente próximo) em relação à potência cognitiva. Se fosse somente pela emissão das *species* da parte do objeto, ele deveria adicionar a *species in medio* outras que denotassem a distância. Olivi nega tais implicações da teoria das *species* para descrever o ato cognitivo ao recorrer à noção de atenção. Daí, ele oferece outra definição importante de atenção: “[...] a atenção <é> uma força cognitiva focada <no> seu objeto distante ou próximo, ou uma força que produz o influxo que foca no paciente próximo ou remoto.”³⁶

³⁵ “Olivi never comes close to giving a determinate account of virtual attention.” (PASNAU, 1997, p. 175).

³⁶ Cf. OLIVI, *II Sent.*, q. 73, p. 63: “[...] aspectus quo virtus cognitiva aspicit suum obiectum remotum vel propinquum aut quo virtus influxiva aspicit in patiens propinquum vel remotum.”

Ora, a potência cognitiva voltada a objetos à distância pode ser considerada deste modo: como é possível que a atenção se volte para e se fixe em um objeto em que ela não está ligada diretamente? Essa é uma questão difícil de explicar, e Olivi não apresenta um tratamento específico deste ponto. Entretanto, ele apresenta uma análise bastante útil sobre o que significa dizer que a atenção, ou a potência cognitiva, está voltada *ao* ou *no* objeto. Ele trata esse tópico como um problema de ordem semântica acerca do significado da expressão *esse in*. Ele analisa a equivocidade dessa expressão e extrai consequências de grande potencial esclarecedor para a atenção intencional.

A expressão *esse in* – “existir em” ou “estar em” – pode ser assumida em sentido corpóreo, e isso significa que a atenção esteja, mesmo que de modo accidental, na essência da coisa conhecida, ou mesmo em outro sentido corpóreo, o que suporia que houvesse raios de matéria corporal que atingissem as coisas, muito próximo à teoria extramissionista. Essas duas opções são excluídas pelos argumentos acima. Mas, se Olivi não modifica a linguagem técnica para descrever esses eventos, então ele necessita estabelecer o significado das expressões, do contrário, ele ficará marcado como um filósofo que explica as teorias mediante metáforas, o que não parece ser o caso, ao menos em sentido absoluto, no que se refere aos tópicos principais da cognição. A variação básica das expressões abrange: *esse ad*; *esse directum*; *esse coordinatum ad aliud* – que Olivi considera equivalente a *esse in illo*.³⁷ A orientação, a direção e a ordenação, no que se refere aos atos de cognição, compõem a mesma estrutura funcional básica da atenção da potência cognitiva. Olivi exemplifica: “E, conforme isso, a atenção visiva se diz *estar* naquele [*esse in*] local para o qual está direcionado e voltado intencionalmente.”³⁸ Assim, quando passa de um objeto a outro, diz que transita de um objeto ao outro e em certo momento está em um objeto e depois está em outro. Portanto, há uma descrição de como a atenção, como um movimento primitivo da potência, a orienta para a seleção de um objeto e não de outro.

³⁷ OLIVI, *II Sent.*, q. 73, p. 65: “Nam aliquando esse ad aliud vel esse directum vel coordinatum ad aliud vocamus esse in illo, et praecipue quando huiusmodi directio et coordinatio habet quandam efficaciam cuiusdam magnae intimitatis seu fortis et firmæ adhaesionis.”

³⁸ OLIVI, *II Sent.*, q. 73, p. 65: “Et secundum hoc aspectus visivus dicitur esse in loco illo ad quem est directus et intentus.”

A conversão da atenção pode ser uma sucessiva transição do que está mais próximo até o mais distante. Entretanto, sempre envolve um certo movimento em que deve considerar a passagem no tempo, pois não pode ao mesmo tempo voltar os olhos, ou ter os olhos no que está próximo e distante. Nesse caso, a atenção não pode estar nos dois objetos simultaneamente.³⁹ *Esse in* designa, então, a condição da atenção em manter o foco em um objeto por determinado tempo.⁴⁰ Esse foco pode ser tanto local quanto particular, quando a atenção é restringida a uma minúscula superfície; ou também total, quando tem a sua atenção dilatada ao todo, o universal.⁴¹

Assim, não é necessário afirmar algum tipo de intermediário, tal como uma *species in medio*, para descrever a ação à distância das potências cognitivas. E, se a atenção está no local em que o objeto está, isso significa dizer que há uma imediaticidade no ato cognitivo de acessar o mundo exterior, pois não é requerido a ele nem um tipo de mediação extra, nem uma ação propriamente dita, nem uma *species*, para que o acesso ao objeto – para *esse in* – seja possível. No ato da percepção, o desempenho da atenção para objeto é tão suficiente quanto qualquer intermediário para descrever esse movimento, com a vantagem de, se aceita a atenção intencional, não ser necessário instanciar nenhum (outro) elemento intermediário. Portanto, tem-se uma teoria perceptual de acesso direto e ativo ao mundo exterior.

Por fim, a atenção é um movimento primitivo, ou uma qualificação da ação da potência cognitiva para *estar no* objeto terminado, seja por uma operação da vontade, seja da coligação natural. A atenção intencional é o que garante o acesso ao mundo exterior em desempenhos cognitivos de apreensão (e volição) sem recorrer a *species*, pois descreve a condição em

³⁹ OLIVI, *II Sent.*, q. 73, pp. 65-6: “[...] sic, quando in profundum se dirigit successive procedendo, scilicet, a proximiori in remotius, tunc dicitur illa successive transire. Si autem simul dirigit se in totum illud profundum, tunc dicitur simul esse in toto, id est, simul intendere in totum, dicitur etiam tunc simul pertransire totum, quia quodam ordine naturali nequit aspicere remotiorem partem profundi, quin prius naturaliter et simul tempore aspiciat primas usque ad oculum. Primas autem potest aliquando prius tempore aspicere antequam sequentes et tunc a primis ad sequentes dicitur successive transire.”

⁴⁰ OLIVI, *II Sent.*, q. 73, p. 65: “Sicut igitur ibi dicitur esse, sic dicitur et ab eo in ultra transire, quando dirigit se ab illo in ulteriorem locum aspiciendum.”

⁴¹ OLIVI, *II Sent.*, q. 73, pp. 65-6: “Quod quidem dupliciter facere potest et facit: primo scilicet, desinendo omnino aspicere primum locum, secundo, non omnino desinendo. Sicut enim, quando super unam totam superficiem in latum dirigit suum aspectum, dicitur ipsum dilatate et ampliari, et cum post hanc dilatationem totum se dirigit ad unam modicam partem illius superficiem dicitur restringi et coadunari.”

que a potência acessa imediatamente, “está no” objeto. A condição necessária para a potência cognitiva realizar um ato completo ao intencionar perceptualmente os objetos do mundo exterior é a atenção intencional.

VII

Em síntese, como característica geral da atenção, tem-se que ela é uma aplicação e extensão das potências anímicas aos objetos exteriores ou interiores, portanto exige tanto potência como objeto em cooperação para a realização do ato cognitivo. A atenção é uma modificação primitiva da ação das potências anímicas. E, para completar, parece que a atenção cognitiva não possui como operador somente a vontade, mas também a coligação natural, como é o caso do uso do sentido comum e a orientação que ele desempenha respectivo aos sentidos exteriores.

A atenção intencional orienta, dirige e faz convergir o desempenho das potências anímicas, como a apreensiva e a volitiva, aos objetos exteriores. Essa é uma condição pré-experiencial, ou pré-perceptual, que acompanha todo o desempenho da alma para acessar o mundo exterior. A atenção é um modo pré-experiencial que compõe o ato cognitivo e pode modificar, não o próprio ato, mas as potências ‘antes’ do ato. Diz-se ‘pré’ justamente para esclarecer que a atenção não compõe o ato em si, mas é condição necessária para que o desempenho seja dirigido a objetos por potências ativas. Em outros termos, pode-se dizer que a atenção é primitiva em relação aos desempenhos próprios das potências. Assim, a atenção é um modo constitutivo primitivo dos desempenhos anímicos quando estão voltados às qualidades sensíveis.

Referências

- BETTONI, E. *Le Dottrine filosofiche di Pier di Giovanni Olivi: saggio*. Milano: Vita e Pensiero, 1959. 534 p. Pubblicazioni dell'Università cattolica del S. Cuore : Nuova serie, 73.
- DUBA, W. Pierre de Jean Olivi et l'action instantanée. In: KÖNIG-PRALONG, C.; RIBORDY, O.; SUAREZ-NANI, T. **Pierre de Jean Olivi, philosophe et théologien**: actes du colloque de philosophie médiévale, 24-25 octobre 2008. Berlin/ New York: De Gruyter, 2010. p. 169-180.

- OLIVI, P. D. J. **La matière**. Tradução de C. König-Pralong, O. Ribordy et A. Robiglio traduction et notes par T. Suarez-Nani. Paris: Vrin, 2009. 360 p. Translatio Series: Philosophies médiévales.
- OLIVI, P. I. **Questiones in Secundum Librum Sententiarum**. Bernardus Jansen. ed. Quaracchi: Collegium S. Bonaventurae, v. II, 1924. 644 p.
- OLIVI, Petrus Ioannis. *Epistola ad R.* In. **Quodlibeta**. Petri Joa[n]nis P[re]ue[n]zialis Doctoris Sole[n]nissimi Or. Minor[um]. Venice: Lazarus de Suardis, 1509.
- PASNAU, R. **Theories of cognition in the later Middle Ages**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. 330 p.
- PERLER, D. **Théories de l'intentionnalité au moyen âge**. Paris: J. Vrin, 2003. 169 p.
- PUTTALAZ, F.-X. **La connaissance de soi au XIIIe siècle**: de Matthieu d'Aquasparta à Thierry de Freiberg. Paris: Vrin, 1991. 444 p.
- RODE, C. Peter of John Olivi on representation and self-representation. **Quaestio**, v. 10, p. 155-166, 2010.
- SILVA, J. F. Augustine on Active Perception. In: SILVA, J. F.; MIKKO YRJÖNSUURI **Active Perception in the History of Philosophy**: from Plato to Modern Philosophy. New York, Dordrecht, London : Springer, 2014. p. 69-98.
- SILVA, J. F.; TOIVANEN, J. The active nature of the soul in the sense perception: Robert Kilwardby and Peter Olivi. **Vivarium**, Leiden, n. 48, p. 245-278, 2010.
- SILVA, J. F.; YRJÖNSUURI, M. **Active Perception in the History of Philosophy**: from Plato to Modern Philosophy. New York, Dordrecht, London : Springer, 2014. 293 p.
- SPRUIT, L. **Species Intelligibilis**: from perception to Knowledge: Classical Roots and Medieval Discussions. Leiden: E. J. Brill, v. I, 1994. 452 p.
- SPRUIT, L. **Species Intelligibilis**: from Perception to Knowledge- Renaissance Controversies, later Scholasticism, and the Elimination of the intelligible Species in Modern Philosophy. Leiden, New York, Köln: E. J. Brill, v. II, 1995. 590 p.
- TACHAU, K. H. **Vision and certitude in the age of Ockham**: optics, epistemology and the foundation of semantics: 1250-1345. Leiden: Brill, 1988. 428 p.
- TOIVANEN, J. **Perception and the Internal Senses**: Peter of John Olivi on the Cognitive Functions of the Sensitive Soul. Leiden: Brill, 2013. 388 p.
- YRJÖNSUURI, M. Perceiving One's Own Body. In: KNUUTTILA, S.; KÄRKKÄINEN, P. **Theories of perception in Medieval and Early Modern Philosophy**. Dordrecht: Springer, v. 6, 2008. p. 101-116.